



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

14/09/2016 - Telesíntese

TCU dá 90 dias para Anatel melhorar fiscalização de conta de celular

Segundo o TCU, a Anatel fiscaliza pouco as operadoras em relação à cobrança e faturamento dos serviços, e por isso quer um calendário com ações sistemáticas de fiscalização sobre as empresas.

O Tribunal de Contas da União aprovou hoje, 14, o acórdão do Ministro Bruno Dantas de auditoria realizada pelo TCU sobre a Anatel para verificar a melhoria dos serviços de telefonia móvel no país. O relatório, de 80 folhas, faz uma devassa sobre todos os regulamentos e práticas da agência referentes ao SMP (serviço móvel pessoal) e as deliberações já tomadas pelo tribunal e o que foi aprimorado ou não pela agência reguladora.

Entre as críticas, o tribunal apontou para as poucas medidas dos fiscais da Anatel quanto a um dos itens mais reclamados pelos usuários, que são os erros em cobrança e faturamento dos serviços do SMP (Serviço Móvel Pessoal).

E o TCU determinou que a Anatel apresente, no prazo de 90 dias, um plano de ação "contendo um calendário de fiscalizações periódicas acerca do cumprimento, por parte das operadoras, das obrigações regulamentares e das disposições legais referentes a cobrança e faturamento dos serviços de SMP".

Conforme os técnicos do TCU, "as operadoras não são fiscalizadas quanto às possíveis práticas ofensivas à regulamentação e que motivam grande



parte das reclamações sobre telecomunicações, com a certeza de que não serão fiscalizadas pela Anatel, conforme foi apontado pela agência em um relatório de análise das reclamações sobre serviços de telecomunicações, elaborado pela Superintendência de Relações com Consumidores".

Ainda no documento, alguns números extraídos de algumas fiscalizações realizadas: "entre

agosto de 2012 a fevereiro de 2013 e com abrangência nacional: cobrança incorreta em mais de 22 mil chamadas; cobrança irregular de mais de 55 mil mensagens de texto; cobrança indevida no período analisado de doze horas de chamadas no valor superior a R\$ 331 mil; cobrança irregular superior a R\$ 346 mil de serviços prestados após 24 horas de cancelamento pelo cliente; mais de 18 mil contas pagas pelos clientes e não consideradas como quitadas automaticamente pelo sistema da operadora, gerando até a suspensão indevida dos serviços pela operadora; quase 460 mil chamadas sucessivas cobradas irregularmente; cobrança de quase 7,9 mil chamadas que não deveriam ser cobradas por durarem menos de três segundos "



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

15/09/2016 - Telesíntese

Minoritários da Oi são contrários ao acordo Pharol -Tanure

A associação diz ainda que o plano de recuperação apresentado "é inviável".

A Associação dos Investidores Minoritários – Aid-min- que diz representar acionistas com 5% dos papéis da Oi – divulgou hoje, 15, nota manifestando-se contrária ao acordo firmado entre a Pharol, a sócia portuguesa da Oi e o fundo Société Mondiale, braço financeiro do executivo brasileiro Nelson Tanure.

Para a associação, era fundamental que fosse convocada assembleia para a troca dos conselheiros que representam a Pharol SGPS, pois, no entender da entidade, essa empresa e seus executivos foram os que "lesaram a Oi".

A entidade entende ainda que o plano de recuperação judicial apresentado pela operadora é "absolu-

tamente inviável e jamais será acolhido pelo consórcio de credores. É um plano que, mais uma vez, visa proteger o maior culpado por toda esta situação: a Pharol SGPS", diz o comunicado.

E segue afirmando que manterá as ações judiciais e extrajudiciais já impetradas.



15/09/2016 - TELESINTESE

Oi confirma nomeação de conselheiros indicados por Tanure

O próprio investidor passa a compor o conselho de administração, em vaga de suplente.

A Oi divulgou na noite de ontem, 14, comunicado confirmando a nomeação de integrantes titulares e suplentes para o conselho de administração da companhia. Estes novos nomes foram indicados por Nelson Tanure, investidor brasileiro dono do fundo Société Mondiale.

As indicações são resultado de acordo fechado entre a Bratel (Pharol), maior acionista individual na concessionária, e o fundo.

Serão titulares Demian Fiocca, ex-presidente do BNDES entre 2006 e 2007, e Hélio Costa, ministro das Comunicações entre 2005 e 2010. Já os suplentes serão Pedro Grossi Junior, Nelson Tanure (o próprio investidor), Blener Mayhew, Luís Manuel da Costa de Sousa de Macedo, Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure (filho de Tanure) e José Manuel Melo da Silva.



As nomeações foram aprovadas em reunião realizada ontem, com autorização da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, onde corre o processo de recuperação judicial da Oi. A nomeação deverá ser ratificada por assembleia de acionistas, ainda sem data para acontecer. A companhia também vai pedir

o aval da Anatel.

Além dos indicados, permanecem como titulares os executivos ligados à Pharol: José Mauro M. Carneiro da Cunha (Presidente), Ricardo Reisen de Pinho, Marcos Duarte Santos, Thomas C. Azevedo Reichenheim, João Manuel Pisco de Castro, Luís Maria Viana Palha da Silva, André Cardoso de Menezes Navarro Pedro Zañartu Gubert Morais Leitão.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

14/09/2016 - Carta Capital

A falência da Oi e a entrega do patrimônio público

A portas fechadas, governo Temer e Anatel entregarão R\$ 11 bilhões de recursos públicos de multas para a concessionária 'investir' em sua própria rede

Em meio ao turbulento cenário político, com direito a eleições municipais, é arranjada, a portas fechadas, a solução para não deixar a Oi, maior concessionária de telecomunicações do País, fechar as portas e deixar mudos 50% dos municípios do Brasil que dependem exclusivamente de sua infraes-



trutura. A gravidade da situação pode levar à entrega de bilhões de reais em bens e recursos públicos para salvar não apenas o serviço, mas gerar mais uma onda de acúmulo de capital no País. Quem sairá perdendo, ao contrário do que dizem, é o cidadão.

"Não podemos deixar o sistema parar. A malha da Oi é crucial para outras operadoras. Muitas podem não falar entre si se houver problemas com a Oi", afirmou recentemente Isaac Averbuch, assessor do conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Igor de Freitas.

A declaração, feita durante um evento do setor, publicada no site Convergência Digital, é um indício de como o piloto automático pode ser acionado sem que o interesse de longo prazo dos usuários seja considerado na prestação do serviço.

Isso porque o plano de recuperação judicial da Oi – recorde no País, de R\$ 65,4 bilhões – inclui o pedido à Anatel da conversão da dívida da empresa, que chega a R\$ 11 bilhões de multas, em investimentos na sua própria rede. Tais multas são resultado, em grande parte, do não cumprimento das obrigações da Oi enquanto concessionária de telefonia fixa.

Mas, por este não cumprimento, a Oi, em vez de ressarcir o Tesouro, vai usar os recursos para melhorar seu patrimônio privado. Ou seja, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), Anatel e governo federal autorizarão a entrega de recursos públicos à construção de ativos privados.

A ideia já recebeu acenos mais ou menos explícitos do comando da vez. O secretário de Telecomunicações do novo Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), André Borges, já declarou que conta com esses recursos para a ampliação das redes de banda larga no País.

Ex-diretor da NET e da Oi, com atuação na área regulatória das companhias, Borges não chega a engasgar com a proposta. Ignora a necessidade, para o País, de uma infraestrutura de banda larga gerida para atender às necessidades da população hoje excluída digitalmente. Caberá ao mercado, uma vez mais, decidir como e onde investir os recursos públicos.

Ideia antiga

Nas telecomunicações, a proposta de entregar recursos e bens públicos à iniciativa privada é algo antigo. Ainda no governo Dilma Rousseff, o então ministro das Telecomunicações, Paulo Bernardo, chegou a ventilar a ideia de, em vez de garantir o retorno das redes de telecomunicação à União ao final dos contratos de concessão da telefonia fixa, o caminho seria entregá-las à iniciativa privada, como incentivo ao setor.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor precisaram ameaçar o governo com uma ação civil pública para que Bernardo congelasse seus planos. O ministro percebeu a ilegalidade da medida e a derrota que viria na Justiça.

No final de 2015, o Tribunal de Contas da União (TCU), entendendo que os bens reversíveis são patrimônio público, que não podem ser simplesmente entregues ao setor privado, obrigou a Anatel a apurar o valor obtido por cada concessionária em todas as alienações desses bens realizadas desde 1998.

Em março deste ano, a Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor obteve uma nova vitória neste sentido. O Poder Judiciário rejeitou os pe-

didados da Anatel para anular sentença que protegia os bens reversíveis vinculados aos contratos de concessão da telefonia fixa.

Onde andava a Anatel?

Neste momento de “recuperação judicial” da Oi, cabe nos perguntarmos: onde estava a Anatel este tempo todo, incapaz de observar ou de agir diante dos rumos e riscos que se desenhavam para a “super-tele”? Por um lado os dividendos dos acionistas foram garantidos. Por outro, vigorou a ineficiência do serviço, essencial, em pelo menos 3 mil municípios.

Leia mais em:

<http://fndc.org.br/clipping/a-falencia-da-oi-e-a-entrega-do-patrimonio-publico-950745/>

15/09/2016 - Convergência Digital

Falta dinheiro e gente para Brasil ir do consumo à produção digital

A América Latina em geral, e o Brasil em especial, avança a passos largos no consumo de conteúdos digitais. Seja pela facilidade de adesão a inovações ou pelo tempo dedicado à internet, a demanda anda equivalente as das economias mais desenvolvidas. Ainda assim, falta fôlego para que o país e a região se tornem significativos no lado produtivo dessa cadeia.

“Na última década, a digitalização brasileira do consumo cresceu mais de 8% ao ano. Cada vez mais a digitalização do consumo vai se aproximar do que acontece nos países industrializados. Os 60% que acessam se comportam como internautas do mundo industrializado. Mas estamos atrasados na incorporação da tecnologia pelos processos produtivos. Se não trabalharmos, vamos apenas consumir o que se produz lá fora”, diz Raul Katz, consultor em telecomunicações e professor da Escola de Negócios da Universidade de Columbia (EUA).

Katz participou nesta quinta-feira, 15/9, de um debate sobre a economia digital promovido pela Confederação Nacional da Indústria. E dissecou as descobertas de um estudo sobre o ecossistema digital que realizou para a Cepal e a Fundação Telefônica. E resume assim: “O setor produtivo brasileiro está muito avançado na aquisição tecnológica, mas atrasado na

incorporação dessa tecnologia nos processos produtivos.”

O problema é de fundo. Falta escala financeira e de capacidade. Enquanto um país como Israel é capaz de investir o equivalente a 818 dólares por habitante ao ano no que Raul Katz chama de ecossistema digital, ou os Estados Unidos 415 dólares, na América Latina, e o Brasil pesa nesse contexto, os investimentos não passam de 1,8 dólar por habitante.

“Não há apenas o domínio internacional, temos ineficiência em como desenvolver o setor digital. Não é aversão ao risco ou medo do fracasso. Não falta criatividade. Podemos ver indicadores positivos no comércio eletrônico, por exemplo, Mas há um problema de massa crítica de investimentos. Não há investimentos suficientes. E o mesmo vale para capital humano”, conclui Katz.





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

14/09/2016 - Portal Vermelho

'Temer está aparelhando a EBC', afirma Ricardo Melo

O jornalista Ricardo Melo, presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), afirmou em entrevista ao Diário do Centro do Mundo que o governo de Michel Temer (PMDB) quer aparelhar a empresa e que a política do ilegítimo presidente provoca um desmonte da comunicação pública brasileira.

É justamente isso que está em curso. O que está em jogo não é apenas o futuro da EBC, mas sim a comunicação pública no Brasil. O governo Michel Temer está aparelhando a EBC, que tem apenas oito anos de história. E isso é uma grande bobagem", enfatizou Ricardo Melo, que apesar de ter mandato de quatro anos, conforme estabelece a lei que criou a EBC, enfrenta a ameaça de destituição do cargo por Temer.

Desde que assumiu interinamente a Presidência, Temer tenta substituir Melo. Primeiro, exonerou o cargo para nomear Laerte Rimoli, jornalista que coordenou a campanha de Aécio Neves em 2014 e assessorou a Câmara dos Deputados sob o comando de Eduardo Cunha. Liminar do Supremo Tribunal Federal revogou a decisão.

Após a consumação do golpe no Senado, Temer editou medida provisória alterando o estatuto de criação da EBC. Mas depois recuou. Melo divulgou uma nota em que afirma: "Entendo que permaneço no comando da EBC até que seja formal e regularmente exonerado pelo presidente da República".

O jornalista destaca na entrevista os avanços garantidos pelos governos Lula e Dilma e, ao contrário do que afirma a grande mídia, o PT não aparelhou a estatal de comunicação.

"Um fato que demonstra bem o nosso trabalho. Em 2008, a EBC tinha 50% dos funcionários concursados ou ingressos da Radiobras. Hoje o percentual de profissionais vindos de concursos públicos saltou para 95%. No momento em que é feita uma medida provisória dando poderes para o presidente de plantão fazer o que quiser da EBC, aí sim temos um risco real de aparelhamento da empresa pública. Essa medida extingue o conselho curador da EBC", frisou.

Ele afirma ainda que a EBC é um instrumento de democratização da comunicação e que as medidas adotadas pelo governo de Michel Temer visam impedir o avanço desse processo.

"Não cobrimos apenas o dia a dia, mas cumprimos a Constituição no que ela se refere à comunicação pública. Nisso, ela deve ocorrer em três níveis – informações estatais, sobre os atos do governo vigente; a privada, que vem da grande mídia; e a pública, que é o papel da EBC. O estatuto da empresa foi criado em 2008 com o objetivo de atingir o terceiro nível que é interessante ao público", salienta.

E completa: "Num país como o Brasil, onde existe uma mídia oligarca na produção e praticamente monopolizada na opinião, há uma necessidade de outras vias de informação. A comunicação pública existe no mundo inteiro para dar voz a quem não tem voz mesmo dentro dos meios oficiais".

Sobre as críticas quanto à cobertura do processo de impeachment, Melo afirma que "foram necessárias, mas nós ouvimos também os favoráveis no mesmo caso".

"A EBC ouviu o Movimento dos Sem-Terra, dos Sem Teto, as manifestações LGBT, além dos coletivos da juventude e as feministas. Do meu ponto de vista, essa diversidade mostra que a nossa cobertura foi equilibrada. Todos os lados tiveram um espaço equânime dentro da TV Brasil. No dia da votação do impeachment, quando ergueram o muro da vergonha dentro de Brasília, posicionamos carros e repórteres dos dois lados. Em São Paulo, cobrimos tanto a Avenida Paulista tomada pelos pró-impeachment quanto os que foram contrários", destacou.

"Um presidente nomear e destituir diretores numa empresa pública a seu bel prazer para mim soa como aparelhamento. A medida provisória permite isso e deve estar muito claro para quem está acompanhando o caso. É a morte da EBC como um instrumento da comunicação pública", ressaltou.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

13/09/2016 - Rede Brasil Atual

Uma ditadura do capital sobre o trabalho

Na democracia, os trabalhadores e suas organizações têm melhores condições de se defender, de lutar por seus direitos, de garantir seus interesses

Capitalismo brasileiro se caracterizou, historicamente, pela exploração intensa e extensa da força de trabalho

Se fosse para resumir a essência do golpe, se trata de uma ditadura do capital sobre o trabalho. A ruptura com a democracia se dá porque, na democracia, os trabalhadores e suas organizações têm melhores condições de se defender, de lutar por seus direitos, de garantir seus interesses. Na ditadura, se criam as melhores condições para intensificar a superexploração dos trabalhadores.

O capitalismo brasileiro se caracterizou, historicamente, pela exploração intensa e extensa da força de trabalho. Como é uma burguesia que chegou tarde no mercado internacional, quando este já estava constituído, controlado pelas grandes potências imperialistas, que se apoderavam dos melhores territórios e montaram suas fontes de riqueza, as burguesias periféricas, como a brasileira, aprofundou a exploração da força de trabalho como forma de baratear os custos e os preços dos seus produtos de exportação. Em vez de aumentar a produtividade do trabalho, pela maior qualidade tecnológica e organização da produção, se baseou nesses mecanismos de superexploração que, por sua vez, achataram o poder de consumo do mercado interno de caráter popular e a obrigaram a centrar sua acumulação de capital na exportação e no consumo de luxo, isto é, da classe média alta e da burguesia.

Neste século, com governos que ampliaram o mercado interno de consumo popular, com ampla distribuição de renda, a margem de superexploração da classe trabalhadora diminuiu relativamente, causando desgosto para o grande empresariado. Este concentra seus lucros na especulação financeira – de que o sistema bancário privado é seu instrumento essencial –, na sonegação, nos paraísos fiscais, na exportação (em que a soja tem um papel essencial). Seus lucros não dependem do consumo interno de caráter popular, por isso nunca se adaptaram ao modelo de desenvolvimento econômico com distribuição de renda. Não dirigem seus investimentos para produzir o que as amplas camadas populares que passaram a ter poder de compra, mas para produtos tecnologicamente sofisticados, de consumo das altas esferas do mercado.

O grande empresariado e os economias neoliberais, que são seus porta-vozes, alegam que os empresários especulam e sonegam, em vez de realizar investimentos produtivos, porque os custos de contratar trabalhadores com carteira de trabalho seria muito alto e os impostos igualmente elevados. Quando voltam a se apropriar do governo, o primeiro que fazem é tratar de baratear a contratação de mão de obra e buscar diminuir impostos, além de intensificar a sonegação.

O aumento da produtividade, historicamente, se deu, quando os empresários não puderam mais dispor da força de trabalho em jornadas de dez, 12 ou 14 horas diárias. Ao terem à sua disposição o trabalhador por oito horas, tiveram que intensificar a exploração da mão de obra, melhorando a organização da produção e o uso da tecnologia.

Aqui, os empresários dizem que querem aumentar a produtividade aumentando a jornada de trabalho. Um empresário da Fiesp, desses que almoça duas horas e meia todo dia na região da Avenida Paulista, gastando um dinheirão, disse que uma hora é muito tempo para o trabalhador almoçar. Que poderia, segundo ele, como faria o trabalhador norte-americano (o que é uma mentira mais que contam), comer sanduíche com uma mão e manejar a máquina com a outra. Ou uma jornada de 12 horas diárias, conforme as necessidades do capital. Isso é aumentar a superexploração dos trabalhadores, não tem nada a ver com elevação da produtividade do trabalho.

Um dos eixos econômicos e sociais da ditadura golpista é o de elevar ainda mais as condições de exploração da mão de obra. Os outros dois são a privatização de todo o patrimônio público, com as privatizações, e a redução, por pelo menos 20 anos, dos recursos para políticas sociais.

Se trata de uma verdadeira e descarada ditadura do capital sobre o trabalho. A luta pela defesa do emprego, dos salários e das conquistas históricas conseguidas pela classe trabalhadora, é um dos combates centrais hoje no país. Do seu sucesso depende a inviabilização do governo golpista e sua derrubada, com o povo brasileiro reconquistando o direito de ser dono dos destinos do Brasil.

14/09/2016 - Rede Brasil Atual

Documentário retrata autonomia da mulher nordestina a partir do Bolsa Família

Cinco mulheres de Guaribas (PI), primeiro município a receber o programa, contam como iniciativa melhorou qualidade de vida de suas famílias e garantiu alimentação e estudo para as crianças



“A gente não tinha nem roupa, nem comida para comer. Hoje eles estudam”, diz beneficiária

A história de cinco mulheres do município piauiense de Guaribas e seus processos de emancipação e autonomia a partir do programa Bolsa Família ganham voz no documentário *Libertar - Relatos de Guaribanos do Bolsa Família*, recém-lançado por três jornalistas. Em 25 minutos, elas falam sobre como a iniciativa melhorou a qualidade de vida de suas famílias, garantindo alimentação e estrutura financeira para os estudos de seus filhos.

“Eles têm muitas coisas que eu não tive. Na verdade... tudo. Naquele tempo a gente não tinha nem roupa, nem comida para comer. Hoje eles trabalham na roça e estudam. Naquele tempo era só trabalho, trabalho, trabalho... escravidão. Hoje eles têm uma roupa para usar, roupa boa, comida boa, calçado bom, perfume bom... eu não tive nada disso”, conta Francisca, uma das personagens do filme, que surgiu inicialmente como um projeto de graduação do curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP).

Guaribas, que no início dos anos 2000 apresentava um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, foi o primeiro município do país a receber o programa, criado pelo governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. A cidade fica a 648 quilômetros de Teresina, tem 4.478 habitantes e já chegou a ficar três anos sem chuva. Até janeiro deste ano, a economia local girava em torno de 18 empregos formais, segundo o Ministério do Trabalho.

Um dos principais pontos do documentário, produzido pelos jornalistas Catharina Obeid, Manuela Rached e Renato Bonfim, é a centralidade das mulheres no Bolsa Família: em 2013 elas eram 93% do total de titulares do programa, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social. Com o benefício no seu nome e com a responsabilidade de sacar mensalmente o dinheiro depositado pelo governo federal elas passam a ter poder de escolha e independência econômica em suas casas.

“Disso você pode ter certeza: uma mulher sabe mais a necessidade. Porque ela se preocupa mais com a alimentação, com os filhos, vestimenta, calçado, se for o caso (...) Homem não, se ele pegar e for cachaceiro ele já vai para o bar beber com o próprio dinheiro do Bolsa Família. Se for um jogador, como eu conheço muitos, já pega o dinheiro e vai apostar, vai jogar. Uma mulher nunca vai fazer isso. Uma mãe nunca vai deixar de dar um alimento para seu filho, é preferível ela não comer do que não dar ao filho. Um homem não pensa assim”, afirma Elionete, ex-beneficiária do programa e uma das entrevistadas do documentário.

Assista:

<https://youtu.be/RTSXuuSeNV0>